



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
CLIPPING - JORNAIS IMPRESSOS

## Advogado de Gravatá pede afastamento de comandante

**Gabriel Damásio**

Um novo desdobramento pode surgir em meio à crise causada pelo suposto esquema de desvio de verbas para a compra de combustíveis na Polícia Militar. Ontem, a defesa do ex-corregedor da corporação, coronel Benê de Oliveira Gravatá, confirmou que vai pedir o afastamento do comandante-geral, coronel Marcony Cabral, e de outros oficiais ligados à cúpula da PM. O advogado Willames Sérgio, que acompanha Gravatá no caso, prepara-se para entregar amanhã, ao Comando Geral, a defesa escrita relativa ao processo administrativo interno aberto contra o coronel, por este ter acusado Cabral de interferir nas investigações sobre os desvios.

Ontem, Willames alegou que o afastamento de Mar-

cony do cargo é necessário para garantir a imparcialidade do Comando na apuração dos desvios, já que três oficiais são parentes diretos do comandante e ocupam cargos estratégicos. "É preciso que outras pessoas sejam afastadas. Quem participou da fraude e quem não percebeu a fraude tem responsabilidade sobre isso também. A polícia é feita de homens capacitados. Ali é uma instituição pública, mas só quem ocupa cargos na cúpula são os parentes do comandante o que o coloca em situação de parcialidade. O comandante do policiamento da capital é seu irmão, o coronel responsável pela 4ª Seção do Estado Maior é seu primo e agora quem assumiu a corregedoria foi seu cunhado", disse ele, em entrevista à rádio Fan FM.

Um dos oficiais citados foi o coronel Iranildo Campos de

Santana, cunhado de Marcony, que assumiu a Corregedoria de Polícia Militar após o afastamento de Gravatá e seria um dos responsáveis pela análise do processo disciplinar contra o oficial. Ontem, ao final da tarde, Campos foi afastado da Corregedoria e substituído pela coronel Rita de Cássia Silvestre, conforme portaria publicada no Boletim Geral Ostensivo (BGO) da PM. A oficial vai acumular o cargo com a subchefia do Estado Maior Geral, enquanto Campos fica sem função definida até o momento.

O advogado disse também não acreditar que o coronel Gravatá possa sofrer algum tipo de prisão administrativa por ter chamado o comandante de 'mentiroso' e 'mau-caráter', durante a entrevista dada na semana passada à Mix FM. Sérgio classificou esta hipótese como uma "grande

injustiça" e defendeu que qualquer medida seja tomada ao fim da apuração do processo disciplinar. Ainda de acordo com ele, Gravatá tem provas de tudo o que afirmou sobre as investigações dos desvios e irá apresentá-las ao longo dos processos em tramitação no Ministério Público e na Auditoria Militar (6ª Vara Criminal).

"Precipitado" - Também na manhã de ontem, o promotor João Rodrigues Neto, responsável pela apuração do Ministério Público Estadual (MPE) sobre os desvios na PM, considerou "levianas e precipitadas" as afirmações do coronel Gravatá sobre a suposta interferência de Marcony e a possível participação de outros oficiais no esquema. De acordo com Rodrigues, ainda não há elementos concretos que con-

firmem este envolvimento, já que foram indiciados apenas a frentista de um posto de combustíveis e um terceiro-sargento Robertson Souza Silva, responsável pela garagem do Centro de Suprimento e Manutenção (CSM).

"Tomei como estranheza, porque o coronel Gravatá estava à frente das investigações e ele mesmo deu ciência delas à Promotoria e à Justiça Militar sobre o andamento delas. A partir do momento em que ele é transferido do cargo que ocupava, vai à imprensa e noticia fatos citando nomes de supostos envolvidos sem que esses elementos de informação nos deem a mínima certeza disso, não vejo outro nome para considerar isso", criticou o promotor, garantindo, porém que a instituição não irá acobertar nenhuma pessoa que esteja diretamente envolvida com

os fatos investigados.

O promotor esclareceu também que o período investigado de duração do esquema se refere a o período de julho e setembro de 2016, cujos valores sob investigação chegam a R\$ 80 mil. O valor do que foi desviado ainda é apurado por uma auditoria e suspeita-se que o esquema de desvio de combustíveis tenha ocorrido desde 2014. Outra suspeita apurada é a de que o sistema eletrônico de abastecimento das viaturas da PM pode ter sido burlado por policiais que tiveram posse dos chamados 'cartões-coringa', criados para viabilizar o abastecimento de qualquer viatura policial em casos de emergência. As diligências pedidas pelo MPE estão em andamento e várias outras foram pedidas dentro dos inquéritos, que correm em segredo de justiça.